

## DIREITO CONSTITUCIONAL

### DICA - DIREITOS FUNDAMENTAIS

#### PRINCÍPIO DA LEGALIDADE

👉 **CONCEITO - NINGUÉM SERÁ OBRIGADO A FAZER OU DEIXAR DE FAZER ALGUMA COISA SENÃO EM VIRTUDE DE LEI**

**APLICA-SE DE MODO DIFERENTE À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E AOS PARTICULARES**

**A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SÓ PODE FAZER O QUE A LEI PREVÊ**

**OS PARTICULARES PODEM FAZER TUDO O QUE A LEI NÃO PROÍBE**

**LEGALIDADE**

**É MAIS AMPLO**, ABRANGENDO LEIS E OUTROS ATOS NORMATIVOS

**X**

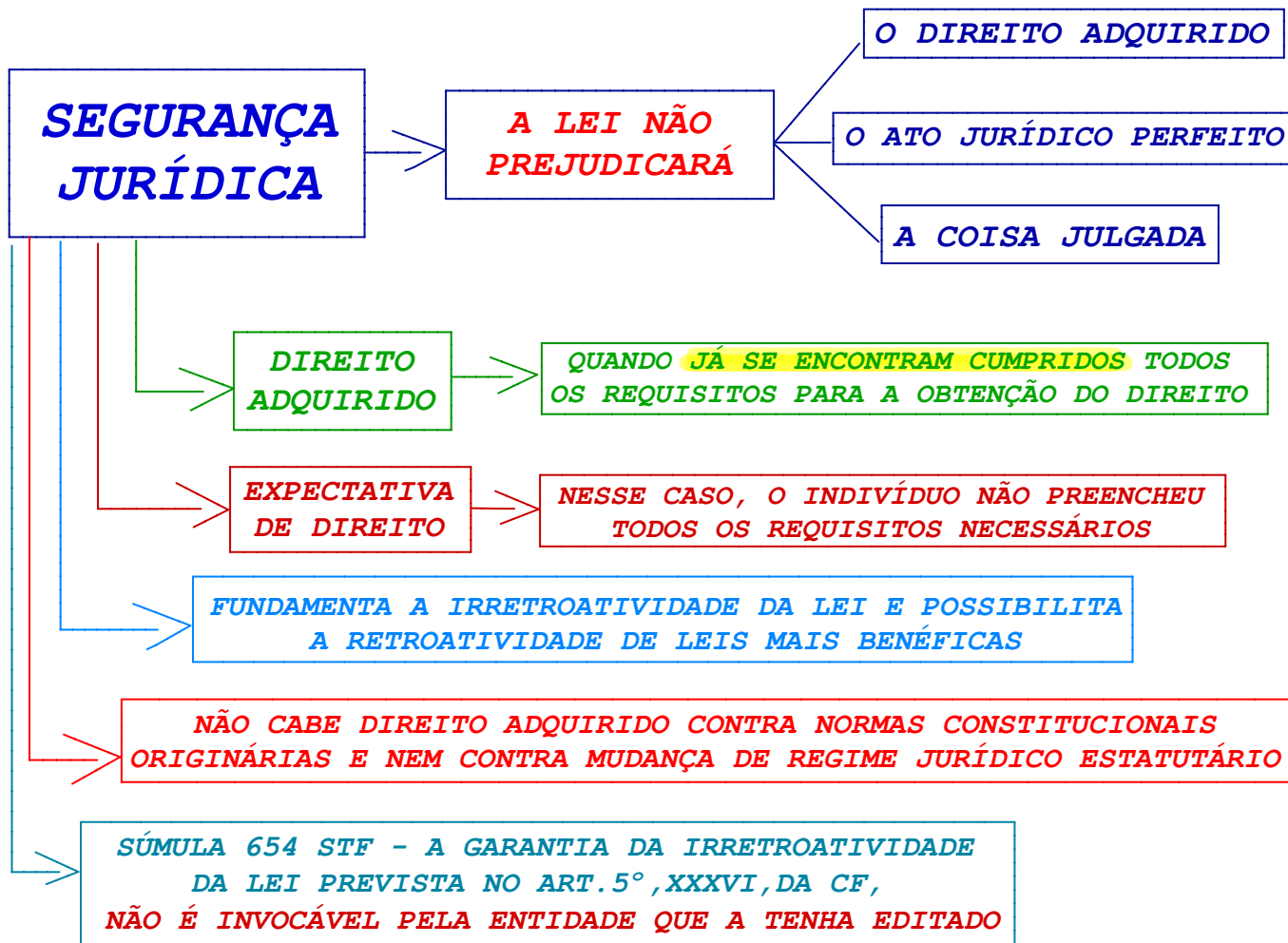
**RESERVA  
LEGAL**

**É MAIS RESTRITO**, ABARCANDO APENAS AS LEIS EM SENTIDO **ESTRITO (FORMAL)**

### DIREITO À VIDA



### SEGURANÇA JURÍDICA




# #DicasTJ-DFT

DIREITO CONSTITUCIONAL

## REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS


### PEGADINHAS MAIS COBRADAS EM PROVA



<b>SEGURIDADE SOCIAL</b>	<b>PREVIDÊNCIA SOCIAL</b>
<b>PRIVATIVA DA UNIÃO</b>	<b>CONCORRENTE</b>



<b>DIREITO PROCESSUAL</b>	<b>PROCEDIMENTOS EM MATÉRIA PROCESSUAL</b>
<b>PRIVATIVA DA UNIÃO</b>	<b>CONCORRENTE</b>



<b>DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL</b>	<b>EDUCAÇÃO</b>
<b>PRIVATIVA DA UNIÃO</b>	<b>CONCORRENTE</b>




<b>TRÂNSITO E TRANSPORTE</b>	<b>POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PARA SEGURANÇA DO TRÂNSITO</b>
<b>PRIVATIVA DA UNIÃO</b>	<b>COMUM</b>

### DICA - FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA

#### CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CNMP)

✓ OS MEMBROS DO  
CONSELHO ORIUNDOS DO  
MP SERÃO INDICADOS  
PELOS RESPECTIVOS **MPs**

### COMPOSIÇÃO DO CNMP

 **PRESIDENTE DO  
CONSELHO FEDERAL  
DA OAB**

OFICIARÁ JUNTO  
AO CNMP

COMPOSTO POR **14 MEMBROS**

**PROCURADOR-GERAL  
DA REPÚBLICA (PGR)**

PRESIDE O  
CONSELHO

**4 MEMBROS MPU**

UM DE CADA  
CARREIRA

**3 MEMBROS MPes**

**2 JUÍZES** 

**1 INDICADO PELO STF**

**1 INDICADO PELO STJ**

**2 ADVOGADOS**

INDICADOS PELO  
CONSELHO FEDERAL DA OAB

**2 CIDADÃOS**

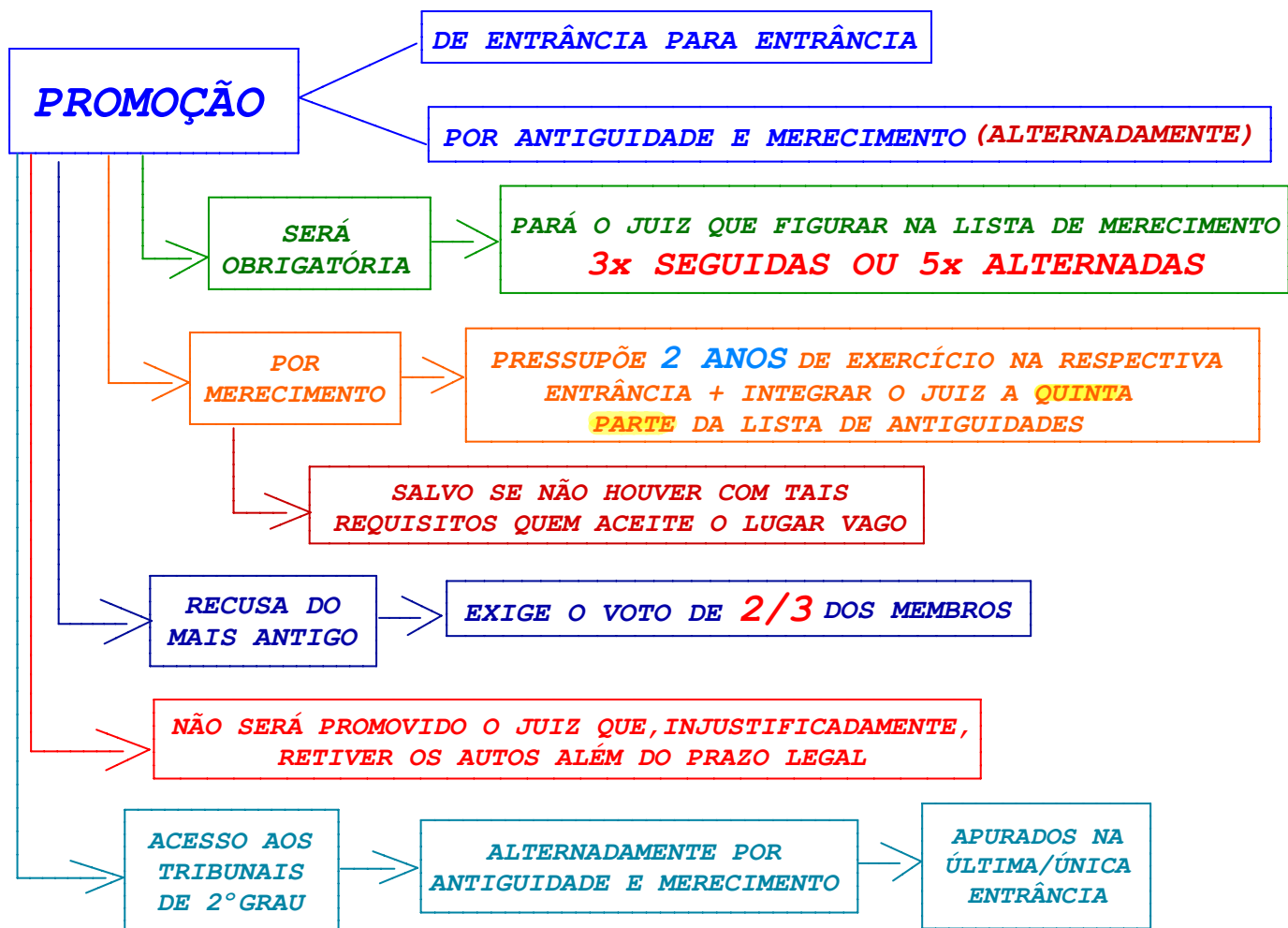
**1 INDICADO PELA CÂMARA**

**1 INDICADO PELO SENADO**

(NOTÁVEL SABER JURÍDICO E  
REPUTAÇÃO ILIBADA)

### PODER JUDICIÁRIO

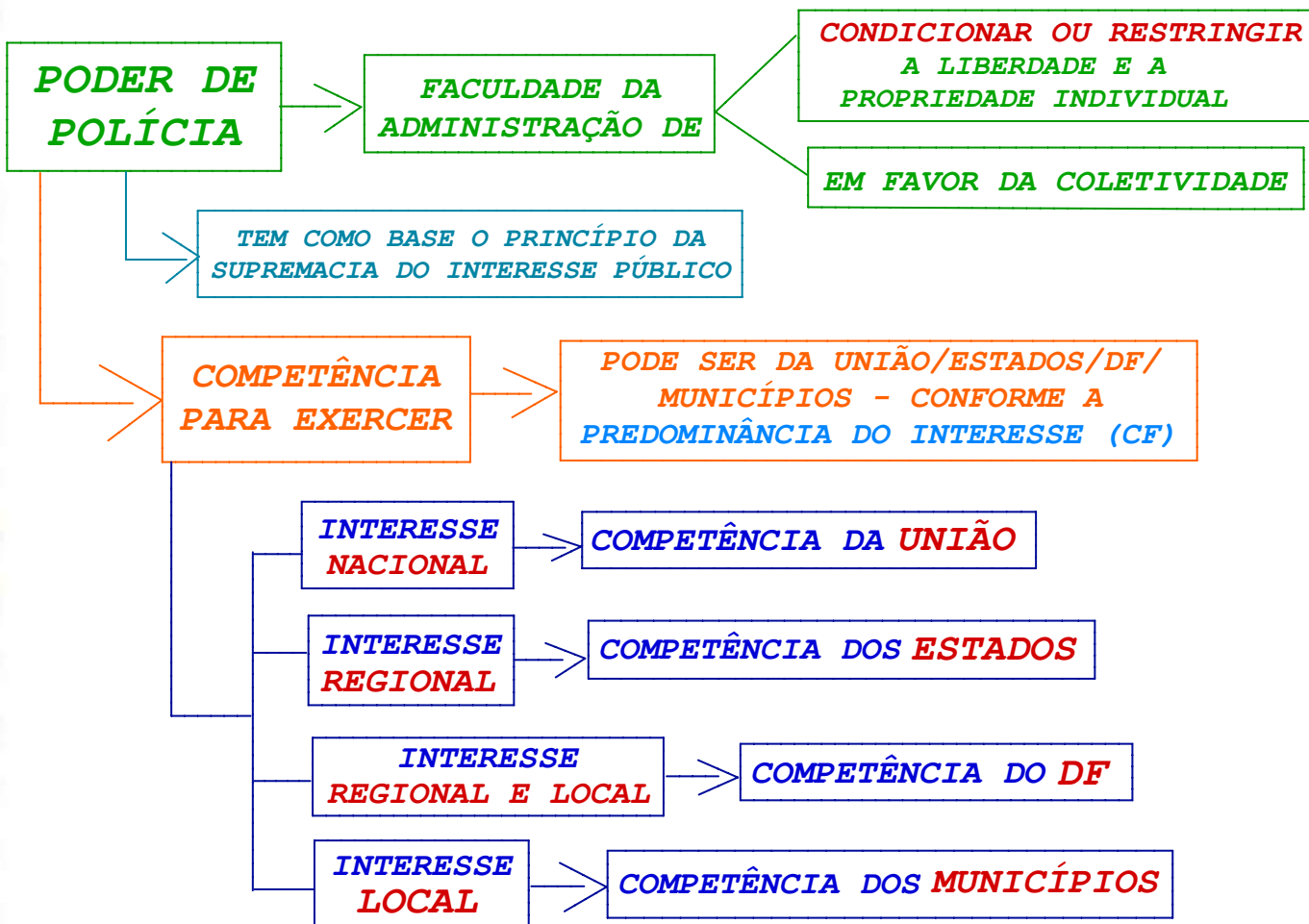
### PROMOÇÕES NA CARREIRA



## DIREITO ADMINISTRATIVO

### DICA - PODERES ADMINISTRATIVOS

#### PODER DE POLÍCIA

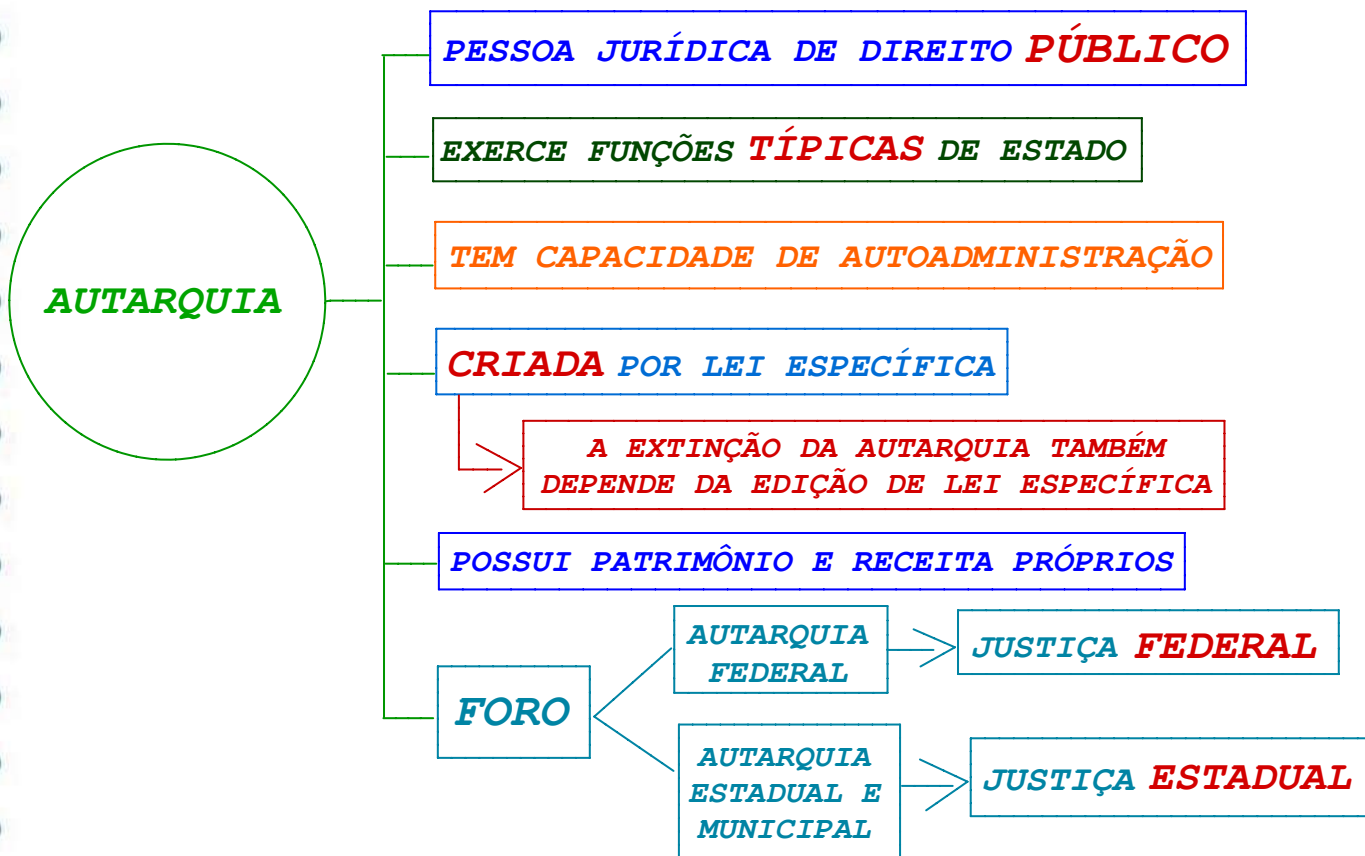


## DIREITO ADMINISTRATIVO

### DICA - ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

#### AUTARQUIAS (I)

#### CARACTERÍSTICAS





#### COMPETÊNCIAS (II) DELEGAÇÃO E AVOCAÇÃO

### DELEGAÇÃO

ATRIBUIR A TERCEIRO PARCELA DE SUA ATRIBUIÇÕES

NÃO DEPENDE DE SUBORDINAÇÃO

ATO DISCRICIONÁRIO E REVOGÁVEL A QUALQUER TEMPO

O ATO DE DELEGAÇÃO E SUA REVOGAÇÃO  
DEVERÃO SER PUBLICADOS NO MEIO OFICIAL

NÃO PODEM SER OBJETO DE DELEGAÇÃO

CE    C OMPETÊNCIA E XCLUSIVA

NO    A TOS N O R M A T I V O S

RA    R E C U R S O S A D M I N I S T R A T I V O S

### AVOCAÇÃO

ATRAIR PARA SI A COMPETÊNCIA DE UM SUBORDINADO

DEPENDE DE SUBORDINAÇÃO

MEDIDA EXCEPCIONAL E TEMPORÁRIA

DEVE SER JUSTIFICADO

NÃO PODE COMPETÊNCIA EXCLUSIVA

### CARGO X EMPREGO X FUNÇÃO

CARGO	EMPREGO	FUNÇÕES
<ul style="list-style-type: none"><li>➡ OCUPADOS POR SERVIDORES PÚBLICOS</li><li>➡ SUBMETEM-SE AO REGIME ESTATUTÁRIO (SEU VÍNCULO DECORRE DE LEI)</li><li>➡ SÃO CRIADOS POR LEI</li><li>➡ DIVIDEM-SE EM CARGOS EFETIVOS E EM COMISSÃO</li><li>➡ EFETIVOS: DEPENDE DE CONCURSO</li><li>➡ TEM DIREITO A ESTABILIDADE (OS DO CARGO EFETIVO - CUMPRIDO OS REQUISITOS)</li><li>➡ EM COMISSÃO: LIVRE NOMEAÇÃO E EXONERAÇÃO</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>➡ OCUPADOS POR EMPREGADOS PÚBLICOS</li><li>➡ SUBMETEM-SE AO REGIME DA CLT (NATUREZA CONTRATUAL)</li><li>➡ SÃO CRIADOS POR LEI</li><li>➡ INGRESSO MEDIANTE CONCURSO PÚBLICO</li><li>➡ EM REGRA, ENCONTRAM-SE NAS PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>➡ NÃO PRECISAM DE CONCURSO PÚBLICO</li><li>➡ DIVIDEM-SE EM 2 TIPOS: TEMPORÁRIA E DE CONFIANÇA</li><li>➡ FUNÇÃO TEMPORÁRIA:<ul style="list-style-type: none"><li>◆ EXERCIDA POR SERVIDORES TEMPORÁRIOS</li><li>◆ CASO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO</li><li>◆ NÃO OCUPAM CARGO OU EMPREGO</li><li>◆ EX: MÉDICO CONTRATADO PARA AUXILIAR UM SURTO DE UMA DOENÇA</li></ul></li><li>➡ FUNÇÃO DE CONFIANÇA:<ul style="list-style-type: none"><li>◆ EXCLUSIVO DE SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO EFETIVO</li><li>◆ ATRIBUIÇÕES DE DIREÇÃO, CHEFIA OU ASSESSORAMENTO</li><li>◆ EX: ASSESSOR DE JUIZ</li></ul></li></ul>



# #DicasTJ-DFT

DIREITO ADMINISTRATIVO



TJDF  
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

## NOVA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

### DAS PENAS

ENRIQUECIMENTO ILÍCITO	PREJUÍZO AO ERÁRIO	VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS
RESSARCIMENTO INTEGRAL DO DANO (SE HOUVER DANO EFETIVO)		
PERDA DOS BENS ACRESCIDOS ILICITAMENTE	PERDA DOS BENS ACRESCIDOS ILICITAMENTE <small>(SE CONCORRER ESTA CIRCUNSTÂNCIA)</small>	X
PERDA DA FUNÇÃO PÚBLICA	PERDA DA FUNÇÃO PÚBLICA	X
SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS DE ATÉ 14 ANOS	SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS DE ATÉ 12 ANOS	X
MULTA CIVIL IGUAL AO VALOR DO ACRÉSCIMO PATRIMONIAL (AUMENTÁVEL ATÉ O DOBRO)	MULTA CIVIL IGUAL AO VALOR DO DANO <small>(AUMENTÁVEL ATÉ O DOBRO)</small>	MULTA CIVIL DE ATÉ 24 VEZES VALOR DA REMUNERAÇÃO DO AGENTE <small>(AUMENTÁVEL ATÉ O DOBRO)</small>
PROIBIÇÃO DE CONTRATAR COM O PODER PÚBLICO OU DE RECEBER BENEFÍCIOS, PELO PRAZO NÃO SUPERIOR A 14 ANOS  <small>(AINDA QUE POR INTERMÉDIO DE PESSOA JURÍDICA DA QUAL SEJA SÓCIO MAJORITÁRIO)</small>	PROIBIÇÃO DE CONTRATAR COM O PODER PÚBLICO OU DE RECEBER BENEFÍCIOS, PELO PRAZO NÃO SUPERIOR A 12 ANOS  <small>(AINDA QUE POR INTERMÉDIO DE PESSOA JURÍDICA DA QUAL SEJA SÓCIO MAJORITÁRIO)</small>	PROIBIÇÃO DE CONTRATAR COM O PODER PÚBLICO OU DE RECEBER BENEFÍCIOS, PELO PRAZO NÃO SUPERIOR A 4 ANOS  <small>(AINDA QUE POR INTERMÉDIO DE PESSOA JURÍDICA DA QUAL SEJA SÓCIO MAJORITÁRIO)</small>

### ÉTICA E MORAL

## PRINCÍPIOS, VALORES E VIRTUDES

### PRINCÍPIOS

✓ SÃO MANDAMENTOS UNIVERSAIS, COMUNS A TODOS OS INDIVÍDUOS E GRUPOS.

✓ OS PRINCÍPIOS SÃO JUÍZOS ABSTRATOS DE VALOR QUE ORIENTAM A INTERPRETAÇÃO E A APLICAÇÃO DAS REGRAS.

### VALORES

✓ SÃO NORMAS OU PADRÕES SOCIAIS GERALMENTE ACEITOS POR DETERMINADO INDIVÍDUO OU SOCIEDADE, OU SEJA, DEPENDEM DO CONTEXTO CULTURAL NO QUAIS ESTÃO INSERIDOS.

✓ OS VALORES SÃO PESSOAIS, SUBJETIVOS E RELATIVOS. EXEMPLO DE VALORES: HONESTIDADE E ALTRUIZMO.

### VIRTUDES

✓ SÃO DISPOSIÇÕES CONSTANTES DO ESPÍRITO, AS QUAIS, POR UM ESFORÇO DA VONTADE, INCLINAM À PRÁTICA DO BEM.

➡ ARISTÓTELES AFIRMA QUE HÁ DUAS ESPÉCIES DE VIRTUDES: A INTELLECTUAL E A MORAL.

✓ A INTELLECTUAL É ADQUIRIDA POR MEIO DO ENSINO, A QUAL NECESSITA DE EXPERIÊNCIA E TEMPO.

✓ A MORAL É ADQUIRIDA COMO RESULTADO DO HÁBITO, QUE DETERMINA NOSSO COMPORTAMENTO COMO BOM OU RUIM.

DICA - LEI 8.112/90

### FÉRIAS



**30 DIAS**

PODE SER CUMULADA ATÉ 2 PERÍODOS  
POR NECESSIDADE DO SERVIÇO

1º PERÍODO  
AQUISITIVO  
DE FÉRIAS

APÓS 12 MESES  
DE EXERCÍCIO

É VEDADO LEVAR À CONTA DE FÉRIAS  
QUALQUER FALTA AO SERVIÇO

PODE PARCELAR EM  
ATÉ 3 ETAPAS

DESDE QUE REQUERIDAS PELO  
SERVIDOR E NO INTERESSE  
DA ADMINISTRAÇÃO

O PAGAMENTO SERÁ EFETUADO ATÉ  
2 DIAS ANTES DO PERÍODO

SERVIDOR  
EXONERADO

PERCEBERÁ INDENIZAÇÃO  
DE FÉRIAS PROPORCIONAIS

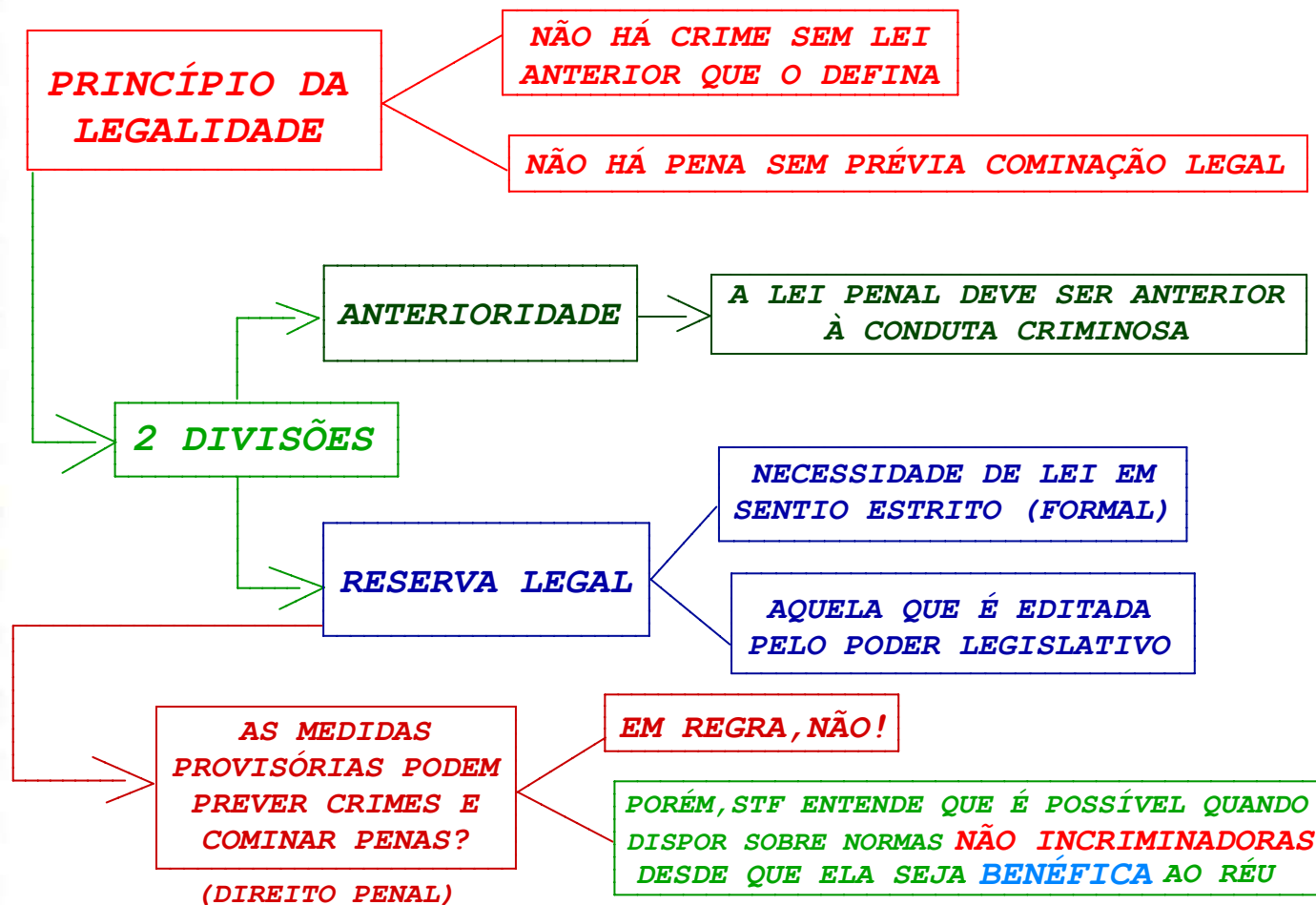
NA PROPORÇÃO  
DE 1/12 MÊS  
DE EXERCÍCIO

BASE DE CÁLCULO DO MÊS  
EM QUE FOR PUBLICADO  
O ATO EXONERATÓRIO

## DIREITO PENAL

### DICA - PRINCÍPIOS

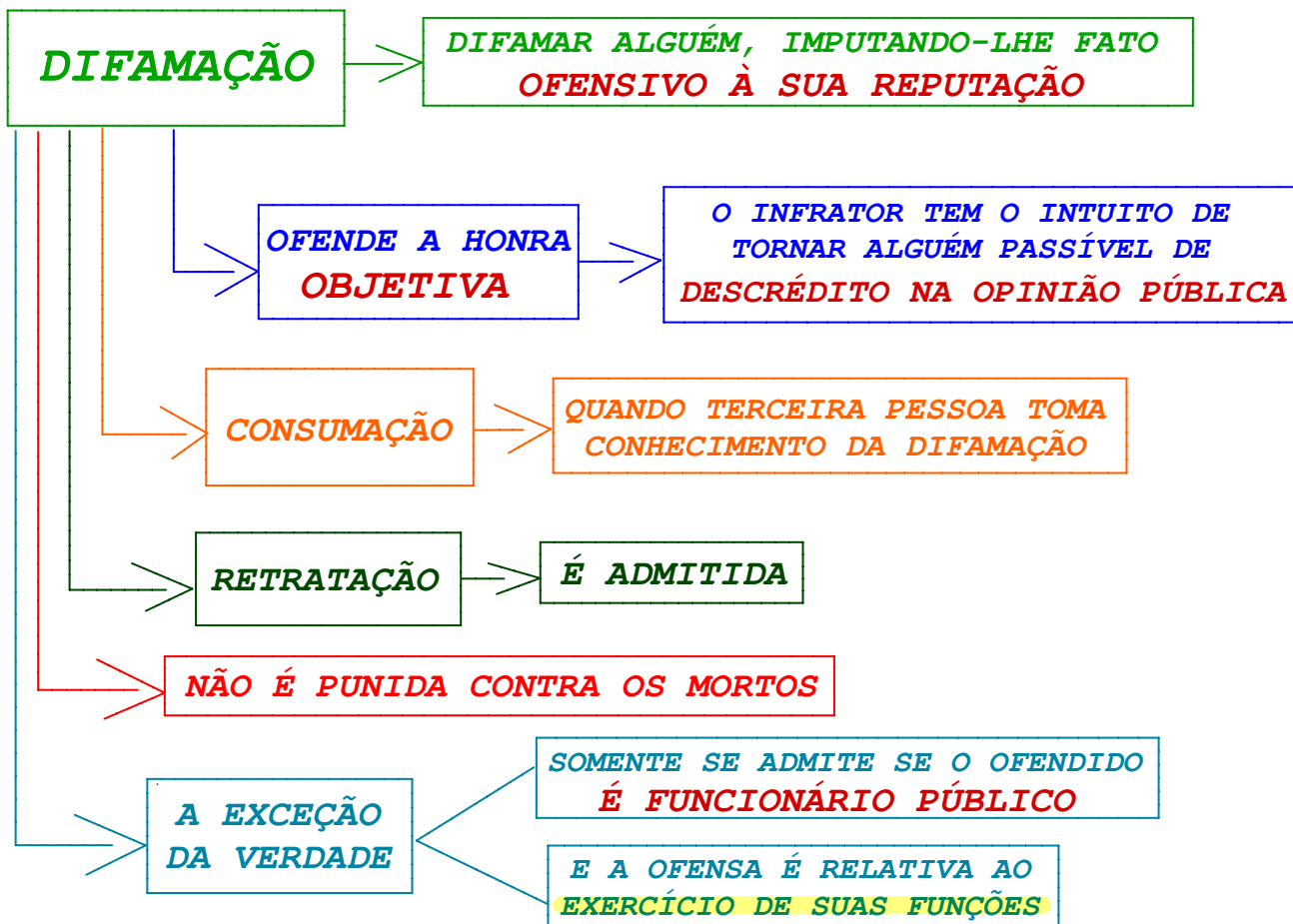
#### PRINCÍPIO DA LEGALIDADE



## DIREITO PENAL

### DICA - CRIMES CONTRA A HONRA

## DIFAMAÇÃO



### DICA - CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

#### FURTO

#### FURTO

SUBTRAIR, PARA SI OU PARA OUTREM,  
COISA ALHEIA MÓVEL

A PENA  
AUMENTA-SE  
DE 1/3

SE O CRIME É PRATICADO DURANTE  
O REPOUSO NOTURNO

FURTO  
DE USO

NÃO É CRIME (FATO ATÍPICO)

#### FURTO PRIVILEGIADO

SE O CRIMINOSO É PRIMÁRIO E É DE PEQUENO VALOR  
A COISA FURTADA, O JUIZ PODE:

- 👉 SUBSTITUIR A PENA DE RECLUSÃO PELA DE DETENÇÃO
- 👉 DIMINUI-LA DE 1/3 A 2/3
- 👉 APLICAR SOMENTE A PENA DE MULTA

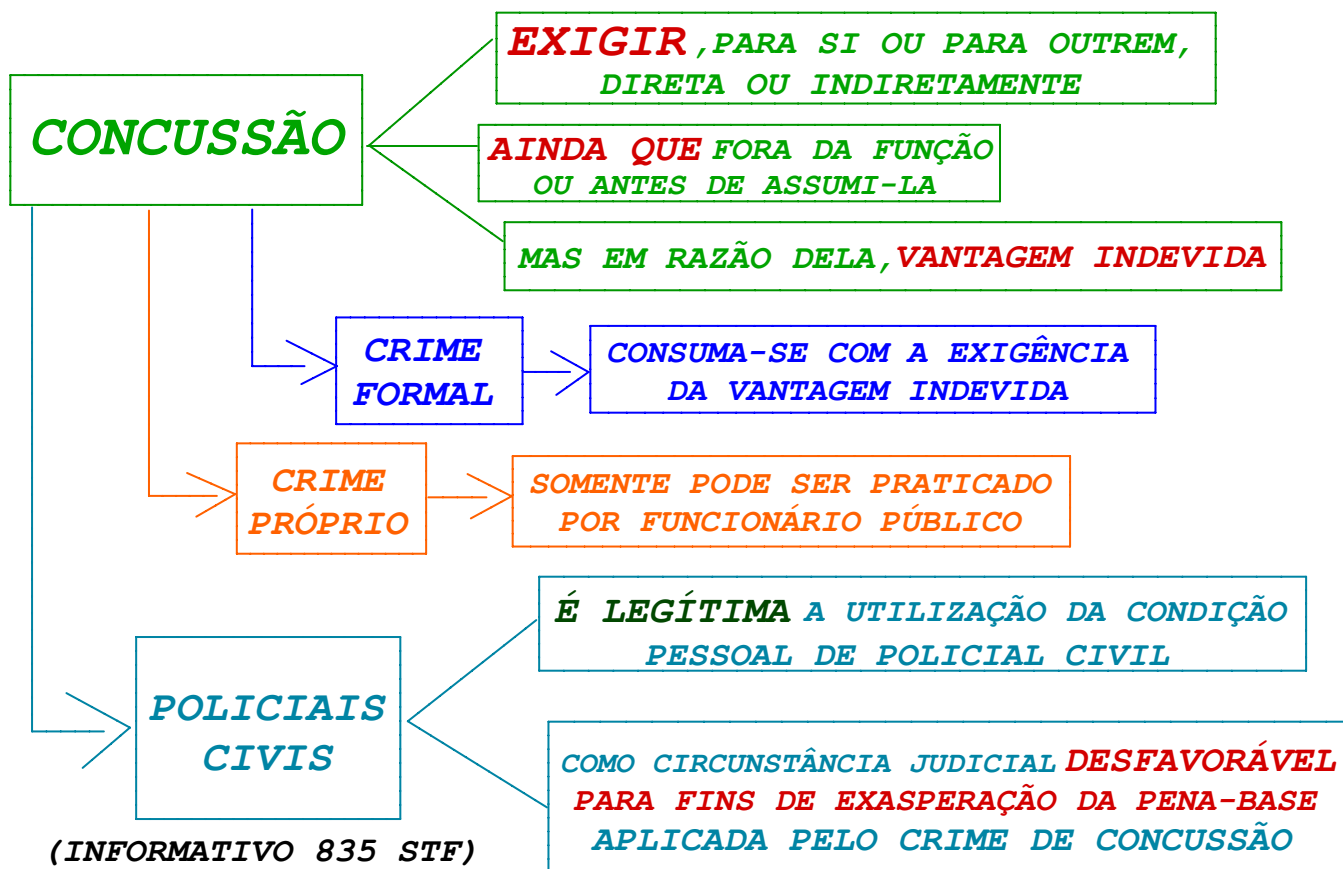
NÃO É PUNIDO NA FORMA CULPOSA



## DIREITO PENAL

DICA - CRIMES PRATICADOS POR FUNCIONÁRIO PÚBLICO CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL

### CONCUSSÃO



## DIREITO PENAL

DICA - CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA

### DENUNCIÇÃO CALUNIOSA



### DICA - PRINCÍPIOS

### PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA

#### PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA

NINGUÉM SERÁ CONSIDERADO CULPADO

ATÉ O TRÂNSITO EM JULGADO  
DA SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA

EM REGRA: CABE AO ACUSADOR O ÔNUS  
DE PROVAR AS ALEGAÇÕES FEITAS

#### IMPORTANTE

NÃO É MAIS PERMITIDA A PRISÃO  
EM SEGUNDA INSTÂNCIA

SEGUNDO O STF, ESSE TIPO DE PRISÃO VIOLA  
O PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA

SÚMULA 444  
DO STJ

É **VEDADA** A UTILIZAÇÃO DE INQUÉRITOS  
POLICIAS E AÇÕES PENAIS PARA  
**AGRAVAR A PENA-BASE**

(NÃO PODEM SER CONSIDERADOS MAUS ANTECEDENTES)

## DIREITO PROCESSUAL PENAL

### DICA - INQUÉRITO POLICIAL

#### CARACTERÍSTICAS

**E**SCRITO

TODOS OS ATOS DEVERÃO SER **ESCRITOS**

**I**NDISPONÍVEL

AUTORIDADE POLICIAL **NÃO PODE**  
MANDAR ARQUIVAR O INQUÉRITO

**I**NQUISITIVO

**NÃO HÁ** CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA

**D**ISPENSÁVEL

A PROPOSITURA DA AÇÃO PENAL  
PODE SER REALIZADA SEM ELE

**D**ISCRICIONÁRIO

CABE A AUTORIDADE POLICIAL CONDUZIR O  
INQUÉRITO DA MANEIRA QUE ENTENDER SER  
MELHOR PARA AS INVESTIGAÇÕES

**O**FICIAL

CONDUZIDA POR ÓRGÃO OFICIAL

**S**IGILOSO

DEVE TRAMITAR EM SIGILO  
PARA ELUCIDAÇÃO DOS FATOS

**O**FICIOSO

DEVE SER INSTAURADO DE **OFÍCIO** NOS CRIMES  
DE AÇÃO PENAL PÚBLICA INCONDICIONADA

"EI IDOSO"



## DIREITO PROCESSUAL PENAL

### DICA - AÇÃO PENAL

#### ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL

O QUE É ESSE ACORDO?

TRATA-SE DE UM AJUSTE QUE PODE SER CELEBRADO ENTRE O MP E O INVESTIGADO

QUE VISA O ARQUIVAMENTO DA INVESTIGAÇÃO, OU SEJA, BUSCAR EVITAR O AJUIZAMENTO DA AÇÃO PENAL

PRESSUPOSTOS

NÃO SER CASO DE ARQUIVAMENTO DA AÇÃO

SEM VIOLÊNCIA OU GRAVE AMEAÇA

INVESTIGADO  
CONFESSAR A PRÁTICA  
DE INFRAÇÃO PENAL

COM PENA MÍNIMA INFERIOR A  
4 ANOS

O ACORDO DEVE SER NECESSÁRIO E SUFICIENTE  
PARA A REPROVAÇÃO E PREVENÇÃO DO CRIME

PARA AFERIÇÃO DA PENA MÍNIMA DE 4 ANOS, SERÃO CONSIDERADAS AS CAUSAS DE AUMENTO E DIMINUIÇÃO APLICÁVEIS AO CASO CONCRETO

### ESPÉCIES DE FLAGRANTE

#### FLAGRANTE PRÓPRIO

**ESTÁ COMETENDO A INFRAÇÃO PENAL**

**OU ACABA DE COMETÊ-LA**

#### FLAGRANTE IMPRÓPRIO

(QUASE-FLAGRANTE)

**É PERSEGUIDO, LOGO APÓS, PELA  
AUTORIDADE, OFENDIDO OU QUALQUER PESSOA**

**EM SITUAÇÃO QUE FAÇA PRESUMIR  
SER AUTOR DA INFRAÇÃO**

#### FLAGRANTE PRESUMIDO

(FICTO)

**É ENCONTRADO, LOGO DEPOIS, COM  
INSTRUMENTOS, ARMAS, OBJETOS OU PAPÉIS**

**QUE FAÇAM PRESUMIR SER  
ELE AUTOR DA INFRAÇÃO**

## DIREITO PROCESSUAL PENAL

### DICA - PRISÃO PREVENTIVA

#### HIPÓTESES DE CABIMENTO



## DIREITO PROCESSUAL CIVIL

### COMPETÊNCIA

#### DISPOSIÇÕES GERAIS

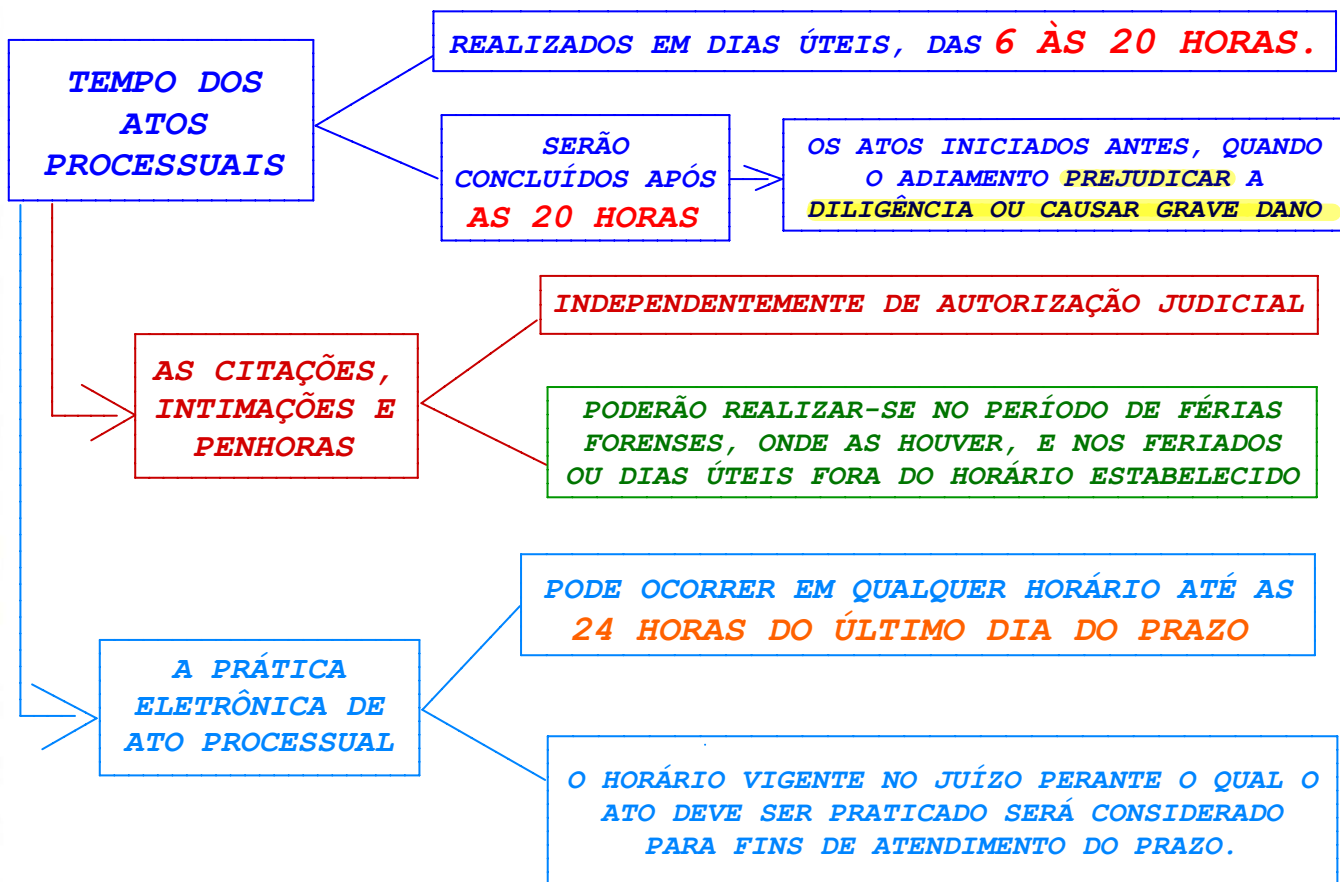




## DIREITO PROCESSUAL CIVIL

### ATOS PROCESSUAIS

### TEMPO DOS ATOS PROCESSUAIS





# #DicasTJ-DFT



DIREITO PROCESSUAL CIVIL

**ATOS PROCESSUAIS**

**PRAZOS PROCESSUAIS**

TJDFT

MUDANÇAS

LEI

14.195/2021

👉 O PRAZO PARA A PARTE, O PROCURADOR, A ADVOCACIA PÚBLICA, A DEFENSORIA PÚBLICA E O MP SERÁ CONTADO DA CITAÇÃO, DA INTIMAÇÃO OU DA NOTIFICAÇÃO

## DIFERENTES COMEÇOS DOS PRAZOS

<b>FORMA</b>	<b>COMEÇO DO PRAZO</b>
PELOS CORREIOS	JUNTADA AOS AUTOS DO AVISO DE RECEBIMENTO
POR OFICIAL DE JUSTIÇA	JUNTADA AOS AUTOS DO MANDADO CUMPRIDO
POR ATO DO ESCRIVÃO OU DO CHEFE DE SECRETARIA	NA DATA DA OCORRÊNCIA DA CITAÇÃO/INTIMAÇÃO
POR EDITAL	DIA ÚTIL SEGUINTE AO FIM DA DILAÇÃO ASSINADA PELO JUIZ
VIA ELETRÔNICA	DIA ÚTIL SEGUINTE À CONSULTA OU AO TÉRMINO DO PRAZO PARA CONSULTAR (10 DIAS).
POR DIÁRIO DE JUSTIÇA	DATA DA PUBLICAÇÃO
POR RETIRADA DOS AUTOS DE CARTÓRIO	DIA DA CARGA
<b>MEIO ELETRÔNICO</b>	O QUINTO DIA ÚTIL SEGUINTE À CONFIRMAÇÃO, NA FORMA PREVISTA NA MENSAGEM DE CITAÇÃO, DO RECEBIMENTO DA CITAÇÃO

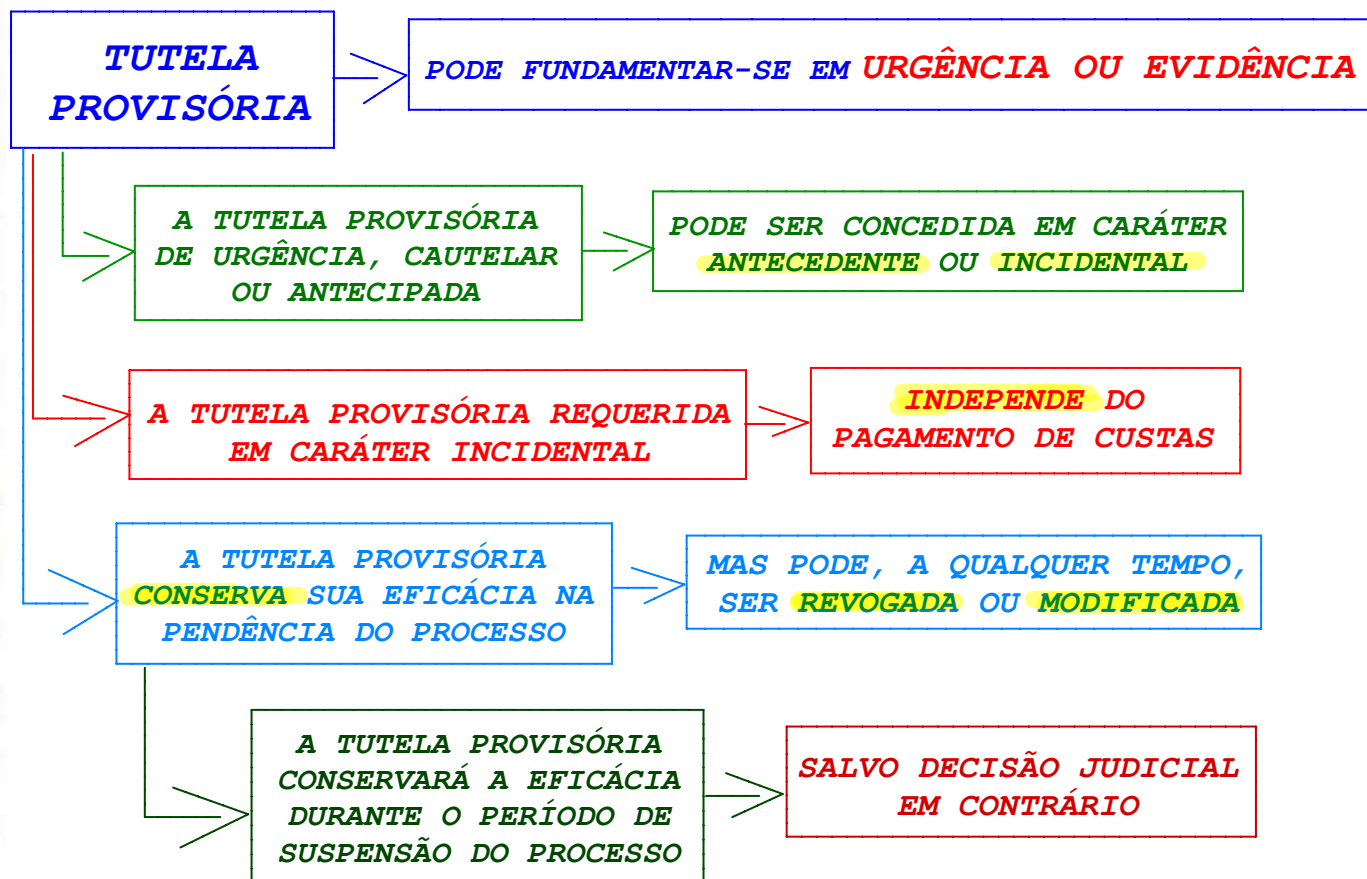
➔ NOVIDADE LEI 14.195/2021

📌 HAVENDO MAIS DE UM INTIMADO, O PRAZO PARA CADA UM É CONTADO INDIVIDUALMENTE

## DIREITO PROCESSUAL CIVIL

### TUTELA PROVISÓRIA

#### DISPOSIÇÕES GERAIS



RECURSOS

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROTELATÓRIOS

EMBARGOS DE  
DECLARAÇÃO  
PROTELATÓRIOS

QUANDO MANIFESTAMENTE PROTELATÓRIOS OS  
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, O JUIZ OU O  
TRIBUNAL, EM DECISÃO FUNDAMENTADA

CONDENARÁ O EMBARGANTE A PAGAR AO EMBARGADO  
**MULTA NÃO EXCEDENTE A 2%**  
SOBRE O VALOR ATUALIZADO DA CAUSA

A MULTA SERÁ ELEVADA A **ATÉ 10%**  
SOBRE O VALOR ATUALIZADO DA CAUSA

NA REITERAÇÃO  
DE EMBARGOS DE  
DECLARAÇÃO  
MANIFESTAMENTE  
PROTELATÓRIOS

E A INTERPOSIÇÃO DE QUALQUER  
RECURSO FICARÁ CONDICIONADA AO  
DÉPÓSITO PRÉVIO DO VALOR DA MULTA

À EXCEÇÃO DA FAZENDA PÚBLICA E DO  
BENEFICIÁRIO DE GRATUIDADE DA  
JUSTIÇA, QUE A RECOLHERÃO AO FINAL

NÃO SERÃO ADMITIDOS  
NOVOS EMBARGOS DE  
DECLARAÇÃO

SE OS 2 ANTERIORES HOUVEREM SIDO  
CONSIDERADOS PROTELATÓRIOS.



# #DicasTJ-DFT

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA



TJDFT  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DO TERRITÓRIO

## CICLO ORÇAMENTÁRIO

DEMAIS PODERES, MPS E DPS (TEXTO CONSTITUCIONAL)

OS TRIBUNAIS  
ELABORARÃO SUAS  
PROPOSTAS  
ORÇAMENTÁRIAS

DENTRO DOS LIMITES ESTIPULADOS  
CONJUNTAMENTE COM OS DEMAIS PODERES NA  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO)**

SE OS ÓRGÃOS NÃO  
ENCAMINHAREM SUAS  
PROPOSTAS ORÇAMENTÁRIAS  
DENTRO DO PRAZO DA LDO

O PODER EXECUTIVO CONSIDERARÁ,  
OS VALORES APROVADOS NA  
**LEI ORÇAMENTÁRIA VIGENTE**

SE AS PROPOSTAS  
ORÇAMENTÁRIAS FOREM  
ENCAMINHADAS EM  
**DESACORDO COM OS LIMITES**

O **PODER EXECUTIVO PROCEDERÁ AOS AJUSTES**  
NECESSÁRIOS PARA FINS DE CONSOLIDAÇÃO DA  
PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA ANUAL.

O MINISTÉRIO PÚBLICO  
ELABORARÁ SUA  
PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA

DENTRO DOS LIMITES ESTABELECIDOS NA  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO)**

ÀS DEFENSORIAS PÚBLICAS  
ESTADUAIS SÃO ASSEGURADAS  
AUTONOMIA FUNCIONAL E  
ADMINISTRATIVA

E A INICIATIVA DE SUA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA  
DENTRO DOS LIMITES ESTABELECIDOS  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO)**

APLICA-SE ÀS DEFENSORIAS PÚBLICAS DA UNIÃO E DO DISTRITO FEDERAL.



# #DicasTJ-DFT

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA



TJDFT  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DO TERRITÓRIO

## ESTÁGIOS DA RECEITA E DESPESA

### ESTÁGIOS DA RECEITA PÚBLICA: LANÇAMENTO (EXECUÇÃO)

➡ SEGUNDO O ART. 53 DA LEI Nº 4.320/1964, O LANÇAMENTO DA RECEITA É ATO DA REPARTIÇÃO COMPETENTE, QUE VERIFICA A PROCEDÊNCIA DO CRÉDITO FISCAL E A PESSOA QUE LHE É DEVEDORA E INSCREVE O DÉBITO DESTA.



ART. 52, LEI Nº 4.320/1964. SÃO OBJETO DE LANÇAMENTO OS IMPOSTOS DIRETOS E QUAISQUER OUTRAS RENDAS COM VENCIMENTO DETERMINADO EM LEI, REGULAMENTO OU CONTRATO.

➡ DESTACA-SE QUE ATUALMENTE HÁ TIPOS DE LANÇAMENTOS APLICADOS TAMBÉM A IMPOSTOS INDIRETOS

### MODALIDADES DE LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO

<b>LANÇAMENTO POR DECLARAÇÃO</b>	O CONTRIBUINTE FORNECE AS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS AO FISCO PARA QUE ESTE, POR SUA VEZ, REALIZE O CÁLCULO DO MONTANTE DEVIDO E EXIJA O PAGAMENTO DO CONTRIBUINTE;
<b>LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO</b>	O CONTRIBUINTE REALIZA ESPONTANEAMENTE O CÁLCULO E EFETUA O PAGAMENTO, SEM PARTICIPAÇÃO DO FISCO
<b>LANÇAMENTO DE OFÍCIO</b>	NÃO HÁ QUALQUER PARTICIPAÇÃO DO CONTRIBUINTE. O FISCO, JÁ MUNIDO DAS INFORMAÇÕES A RESPEITO DO CONTRIBUINTE, IDENTIFICA O FATO GERADOR, CALCULA O TRIBUTO E EXIGE O PAGAMENTO.

PPA - LDO - LOA

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO)

(ELO ENTRE O PPA E A LOA)

LDO

COMPREENDERÁ AS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

ESTABELECE AS DIRETRIZES DE POLÍTICA FISCAL E RESPECTIVAS METAS, EM CONSONÂNCIA COM TRAJETÓRIA SUSTENTÁVEL DA DÍVIDA PÚBLICA

ORIENTARÁ A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA)

DISPORÁ SOBRE AS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA E ESTABELECE A POLÍTICA DE APLICAÇÃO DAS AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO.

É ANUAL, MAS A VIGÊNCIA EXTRAPOLA O EXERCÍCIO FINANCEIRO, UMA VEZ QUE É APROVADA ATÉ O ENCERRAMENTO DO PRIMEIRO PERÍODO LEGISLATIVO E ORIENTA A ELABORAÇÃO DA LOA NO SEGUNDO SEMESTRE. ADEMAIS, ESTABELECE REGRAS ORÇAMENTÁRIAS A SEREM EXECUTADAS AO LONGO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO SUBSEQUENTE

O PRAZO PARA ENCAMINHAMENTO AO LEGISLATIVO

É DE 08 MESES E MEIO ANTES DO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO (15/04)

E A DEVOLUÇÃO AO EXECUTIVO DEVE SER REALIZADA ATÉ O ENCERRAMENTO DO PRIMEIRO PERÍODO DA SESSÃO LEGISLATIVA (17/07)

 A SESSÃO LEGISLATIVA NÃO SERÁ INTERROMPIDA SEM A APROVAÇÃO DA LDO



# #DicasTJ-DFT

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA



TJDFT  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

## PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS

### PUBLICIDADE

➡ É CONDIÇÃO DE EFICÁCIA DO ATO A DIVULGAÇÃO EM VEÍCULOS OFICIAIS DE COMUNICAÇÃO PARA CONHECIMENTO PÚBLICO.

### TRANSPARÊNCIA ORÇAMENTÁRIA

➡ AMPLA DIVULGAÇÃO, INCLUSIVE EM MEIO ELETRÔNICO, DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO, DA PRESTAÇÃO DE CONTAS, RELATÓRIOS E ANEXOS;

➡ INCENTIVO À PARTICIPAÇÃO POPULAR.

### LEGALIDADE ORÇAMENTÁRIA

➡ A APROVAÇÃO DO ORÇAMENTO DEVE OBSERVAR O PROCESSO LEGISLATIVO

### PROGRAMAÇÃO

➡ O ORÇAMENTO DEVE EXPRESSAR AS REALIZAÇÕES E OBJETIVOS DE FORMA PROGRAMADA. VINCULA AS NORMAS ORÇAMENTÁRIAS À CONSECUÇÃO E À FINALIDADE DO PPA E AOS PROGRAMAS NACIONAIS, REGIONAIS E SETORIAIS DE DESENVOLVIMENTO.

### CLAREZA

➡ O ORÇAMENTO DEVE SER CLARO, ORDENADO E COMPLETO

### UNIFORMIDADE OU CONSISTÊNCIA

➡ O ORÇAMENTO DE CADA ENTE DEVE APRESENTAR O MÍNIMO DE PADRONIZAÇÃO/ UNIFORMIDADE NA APRESENTAÇÃO DE DADOS, DE FORMA A PERMITIR QUE OS USUÁRIOS REALIZEM COMPARAÇÕES ENTRE OS DIVERSOS PERÍODOS.



## CRÉDITOS ADICIONAIS

### CRÉDITOS SUPLEMENTARES

➔ SÃO OS DESTINADOS A REFORÇO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, DEVENDO SER AUTORIZADOS POR LEI E ABERTOS POR DECRETO DO PODER EXECUTIVO

A ABERTURA DOS CRÉDITOS SUPLEMENTARES DEPENDE DA EXISTÊNCIA DE RECURSOS DISPONÍVEIS PARA OCORRER A DESPESA E SERÁ PRECEDIDA DE EXPOSIÇÃO JUSTIFICATIVA

É VEDADA A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR SEM PRÉVIA AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA E SEM INDICAÇÃO DOS RECURSOS CORRESPONDENTE

INCORPORA-SE AO ORÇAMENTO, ADICIONANDO-SE À DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE DEVA REFORÇAR

VIGÊNCIA LIMITADA AO EXERCÍCIO EM QUE FOREM AUTORIZADOS

A LOA PODERÁ CONTER AUTORIZAÇÃO AO PODER EXECUTIVO PARA ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES ATÉ DETERMINADA IMPORTÂNCIA OU PERCENTUAL, SEM A NECESSIDADE DE SUBMISSÃO DO CRÉDITO AO PODER LEGISLATIVO;

SÃO AUTORIZADAS POR LEI, PORÉM SÃO ABERTOS POR DECRETO DO PODER EXECUTIVO, COMO REGRA GERAL;

EXCEÇÃO AO PRINCÍPIO DA EXCLUSIVIDADE

### DICA - REESCRITA DE FRASES

#### EXPRESSÕES PROBLEMÁTICAS

À MEDIDA QUE

EXPRESSA IDEIA DE **PROPORÇÃO**

PODE SUBSTITUIR POR  
"À PROPORÇÃO QUE"

EX: À MEDIDA QUE O TEMPO  
PASSA, ELE FICA MAIS FORTE

**X**

NA MEDIDA  
EM QUE

EXPRESSA IDEIA DE **CAUSA**

PODE TAMBÉM SER USADA COMO  
CONDIÇÃO OU PROPORÇÃO

PODE SER SUBSTITUÍDA POR: "UMA VEZ QUE"  
"VISTO QUE", "JÁ QUE", DENTRE OUTROS

OBS: AS BANCAS, EM GERAL,  
COBRAM MAIS A EXPRESSÃO  
COM IDEIA DE CAUSA

EX: NA MEDIDA EM QUE VOCÊ  
ESTUDOU, PASSOU NO CONCURSO

## LÍNGUA PORTUGUESA

### DICA - REESCRITA DE FRASES

#### EXPRESSÕES PROBLEMÁTICAS

**EM VEZ DE**

(NA DÚVIDA, OPTE  
SEMPRE POR ELA)

**X**

**AO INVÉS DE**

EM GERAL, USADO COM SIGNIFICADO  
DE "NO LUGAR DE"

MAIS ABRANGENTE - ALÉM DE SER USADO  
PARA IDEIAS DIFERENTES, PODE SER USADO  
TAMBÉM PARA IDEIAS CONTRÁRIAS

EM VEZ DE TELEFONAR PARA O MEU AMIGO,  
IREI MANDAR UMA MENSAGEM PARA ELE

SIGNIFICA - IDEIAS CONTRÁRIAS,  
OPOSIÇÃO, "AO CONTRÁRIO DE"

SOMENTE PODE SER USADO  
NO SENTIDO DE OPOSIÇÃO

EX: AO INVÉS DE DESCER, SUBIU



# #DicasTJ-DFT

## LÍNGUA PORTUGUESA

### ACENTUAÇÃO

#### USO DOS PORQUÊS



TJDFT  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

<b>POR QUE</b> (PERGUNTA)	<p>☞ EQUIVALE A "POR QUAL RAZÃO", "POR QUAL MOTIVO", "PELA QUAL", "PELOS QUAIS"</p> <p>EX - POR QUE VOCÊ QUER SER APROVADO NO CONCURSO DA PF?</p> <p>EX - ESTAS SÃO AS RAZÕES POR QUE ESTUDO BASTANTE</p>
<b>POR QUÊ</b> (FIM DE FRASE)	<p>☞ É UTILIZADO NO FINAIS DE FRASES, ANTES DE PONTO FINAL, DE INTERROGAÇÃO, DE EXCLAMAÇÃO OU DE RETICÊNCIAS</p> <p>EX - ESTUDO BASTANTE PARA SER APROVADO. SABE POR QUÊ?</p> <p>EX - O CONTRATO NÃO FOI ASSINADO. POR QUÊ?</p>
<b>PORQUE</b> (RESPOSTA)	<p>☞ CORRESPONDE A UMA <b>EXPLICAÇÃO</b> OU UMA <b>CAUSA</b> (POIS, JÁ QUE, UMA VEZ QUE, PORQUANTO. .)</p> <p>EX - COMPREI ESTE COMPUTADOR PORQUE É MAIS BARATO</p> <p>EX - ESTUDO PORQUE EU QUERO PASSAR</p>
<b>PORQUÊ</b> (SUBSTANTIVO)	<p>☞ EQUIVALE A UM <b>SUBSTANTIVO</b> (É ANTECEDIDO DE UM DETERMINANTE) - TEM SIGNIFICADO DE "MOTIVO", "RAZÃO"</p> <p>EX - NÃO SEI O PORQUÊ DESSA ESCOLHA</p> <p>EX - EU SEI O PORQUÊ DA SUA DEDICAÇÃO</p>



# #DicasTJ-DFT

## LÍNGUA PORTUGUESA

### VERBOS



TJDFT  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

## CONVERSÃO DA VOZ ATIVA PARA A VOZ PASSIVA

### CONVERSÃO DA VOZ ATIVA NA VOZ PASSIVA ANALÍTICA

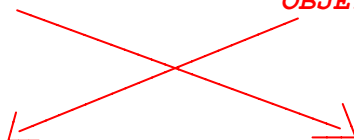
- 👉 O SUJEITO SE TRANSFORMA EM AGENTE DA PASSIVA
- 👉 O OBJETO DIRETO SE TRANSFORMA NO SUJEITO DA PASSIVA
- 👉 O VERBO TRANSITIVO SE TRANSFORMA EM LOCUÇÃO VERBAL

#### EXEMPLO:

O TREINADOR ALTEROU O HORÁRIO DO JOGO

SUJEITO

OBJETO DIRETO



O HORÁRIO DO JOGO FOI ALTERADO PELO TREINADOR

SUJEITO PACIENTE

(SER + PARTICÍPIO)

AGENTE DA PASSIVA

- 👉 O SUJEITO (O TREINADOR) PASSA PARA AGENTE DA PASSIVA (PELO TREINADOR)
- 👉 O OBJETO DIRETO PASSA PARA SUJEITO DA PASSIVA (O HORÁRIO DO JOGO)
- 👉 O VERBO TRANSITIVO (ALTEROU) PASSA PARA LOCUÇÃO VERBAL (FOI ALTERADO)



# #DicasTJ-DFT

## LÍNGUA PORTUGUESA



TJDF  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DO TERRITÓRIO

### SINTAXE

#### ADJUNTO ADNOMINAL x COMPLEMENTO NOMINAL

<b>ADJUNTO ADNOMINAL</b>	<b>COMPLEMENTO NOMINAL</b>
<p><b>SOMENTE SE LIGA A:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ <b>SUBSTANTIVOS CONCRETOS E ABSTRATOS</b></li> </ul>	<p><b>SE LIGA A:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ <b>SUBSTANTIVOS ABSTRATOS</b></li> <li>✓ <b>ADJETIVOS</b></li> <li>✓ <b>ADVÉRBIOS</b></li> </ul>
<p><b>PODE SER OU NÃO PREPOSICIONADO</b></p>	<p><b>É NECESSARIAMENTE PREPOSICIONADO</b></p>
<p><b>PRINCIPAL PEGADINHA DE PROVA PARA CONFUNDIR OS DOIS: NO CASO DE SUBSTANTIVO <b>ABSTRATO</b> COM TERMO PREPOSICIONADO "DE". NESSE CASO, VEJA COMO DISTINGUIR:</b></p>	
<p>◆ <b>TERMO PREPOSICIONADO TEM SENTIDO <b>AGENTE</b>: SERÁ ADJUNTO ADNOMINAL</b></p>	<p>◆ <b>TERMO PREPOSICIONADO TEM SENTIDO <b>PACIENTE</b>: SERÁ COMPLEMENTO NOMINAL</b></p>
<p>◆ <b>SUBSTITUÍVEL POR UMA PALAVRA ÚNICA (UM ADJETIVO EQUIVALENTE)</b></p> <p>◆ <b>PODE INDICAR <b>POSSE</b></b></p>	<p>◆ <b>NÃO É SUBSTITUÍVEL POR UMA PALAVRA ÚNICA (ADJETIVO EQUIVALENTE)</b></p> <p>◆ <b>NÃO PODE INDICAR <b>POSSE</b></b></p>
<p><b>EX: O CONSUMO DOS BRASILEIROS (OS BRASILEIROS CONSOMEM - AGENTE)</b></p>	<p><b>EX: O CONSUMO DE PÃO (O PÃO É CONSUMIDO - PACIENTE)</b></p>

## ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

### PRINCIPAIS FERRAMENTAS ESTRATÉGICAS

#### C) MATRIZ ANSOFF

☞ **DIFERENCIA-SE DAS MATRIZES BCG E GE PORQUE LEVA EM CONSIDERAÇÃO OS "NOVOS" PRODUTOS E MERCADOS, OU SEJA, CONSIDERA A POSSIBILIDADE DA ORGANIZAÇÃO CRIAR NOVOS PRODUTOS OU "CRIAR" UM MERCADO COMPLETAMENTE NOVO;**

☞ **AUXILIA O GESTOR A AVALIAR AS OPORTUNIDADES DE CRESCIMENTO EM DETERMINADOS MERCADOS;**

☞ **AS VARIÁVEIS SÃO: PRODUTOS E MERCADOS. CLASSIFICA 04 TIPOS DE ESTRATÉGIAS;**

		Produtos	
		Existentes	Novos
Mercados	Existentes	Penetração de Mercado	Desenvolvimento de Produtos
	Novos	Desenvolvimento de Mercado	Diversificação

(FONTE DA IMAGEM : WIKIPEDIA.ORG)

<b>PENETRAÇÃO NO MERCADO</b>	<b>A ORGANIZAÇÃO BUSCA AUMENTAR SUA PARTICIPAÇÃO EM UM MERCADO EXISTENTE ATRAVÉS DE UM PRODUTO JÁ EXISTENTE.</b>
<b>DESENVOLVIMENTO DE MERCADO</b>	<b>A ORGANIZAÇÃO BUSCA EXPLORAR UM MERCADO NOVO ATRAVÉS DE UM PRODUTO EXISTENTE.</b>
<b>DESENVOLVIMENTO DE PRODUTO</b>	<b>EXPLORAÇÃO DE MERCADOS JÁ EXISTENTES ATRAVÉS DA CRIAÇÃO DE PRODUTOS NOVOS.</b>
<b>DIVERSIFICAÇÃO</b>	<b>EXPLORAÇÃO DE UM MERCADO NOVO ATRAVÉS DE UM PRODUTO NOVO.</b>



# #DicasTJ-DFT



TJDFT  
MANUAL DE ATIVIDADES DE GESTÃO PÚBLICA E DE TI

## ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

### AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DO DESEMPENHO

#### QUANTO AO MOMENTO

<b>CONTROLE PREVENTIVO</b>	<b>OBJETIVA IDENTIFICAR E PREVENIR PROBLEMAS ANTES QUE ELES EFETIVAMENTE SURJAM. BASEIA-SE NA INSPEÇÃO E VERIFICAÇÃO DOS INSUMOS</b>
<b>CONTROLE SIMULTÂNEO</b>	<b>OCORRE AO MESMO TEMPO EM QUE A ATIVIDADE ESTÁ ACONTECENDO. ESSE TIPO DE CONTROLE JÁ SERIA UM TIPO DE CONTROLE REATIVO (CORRIGE OS PROBLEMAS À MEDIDA QUE OCORREM). O FOCO É NO PROCESSO.</b>
<b>CONTROLE POSTERIOR</b>	<b>AVALIA O DESEMPENHO DE UMA ATIVIDADE APÓS TER FINALIZADO E COM ESSES DADOS, PROPÕEM-SE CORREÇÃO NO PROCESSO/ ATIVIDADE, VISANDO CORRIGI-LA. O FOCO É NO RESULTADO.</b>

#### NÍVEIS DE CONTROLE DE PERROW: O AUTOR CLASSIFICA O CONTROLE COMO DE PRIMEIRA, SEGUNDA OU TERCEIRA ORDEM

<b>CONTROLE DE PRIMEIRA ORDEM</b>	<b>OCORRE ATRAVÉS DA SUPERVISÃO DIRETA (CONTROLE DAS ATIVIDADES DOS EMPREGADOS). FORMA SIMPLES E ADOTADO POR PEQUENAS EMPRESAS;</b>
<b>CONTROLE DE SEGUNDA ORDEM</b>	<b>CONTROLE BASEADA NA TECNOLOGIA E NA BUROCRACIA. OCORRE PADRONIZAÇÃO DE PROCESSOS.</b>
<b>CONTROLE DE TERCEIRA ORDEM</b>	<b>CONTROLE POR PREMISSAS E CULTURA, UMA VEZ QUE ENVOLVE O COMPARTILHAMENTO DE PRESSUPOSTOS, VALORES E CRENÇAS ENTRE OS INDIVÍDUOS.</b>



### MODELOS TEÓRICOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

#### MODELOS DE ESTADO

<b>ESTADO ABSOLUTISTA</b>	<p>OS PODERES ESTAVAM CONCENTRADOS NAS MÃOS DO REI, QUE ERA COROADO POR DEUS, LOGO, DOTADO DE PODERES ABSOLUTOS. VIGORAVA A HEREDITARIEDADE E O ESTADO POUCO SE IMPORTAVA COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE CARÁTER SOCIAL (AS INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS ASSUMIAM A FUNÇÃO DE ATENDIMENTO AOS MAIS NECESSITADOS);</p>
<b>ESTADO LIBERAL</b>	<p>VISAVA LIMITAR O PODER SOBERANO ENCONTRADO NO ESTADO ABSOLUTISTA. A IDEIA CENTRAL É A VALORIZAÇÃO DO INDIVÍDUO, BASEANDO-SE NA CONCEPÇÃO DE QUE O INDIVÍDUO POSSUI DIREITOS NATURAIS E INALIENÁVEIS. O ESTADO É GARANTIDOR DOS DIREITOS DE PRIMEIRA GERAÇÃO. AO LIMITAR A ATUAÇÃO ESTATAL, MOSTROU-SE INADEQUADO PARA A CORREÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS.</p>
<b>ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL (WELFARE STATE)</b>	<p>EM RAZÃO DAS DESIGUALDADES GERADAS PELO ESTADO LIBERAL, O ESTADO AGORA RECONHECE QUE TEM QUE GARANTIR CONDIÇÕES MÍNIMAS E ATUAR POSITIVAMENTE PARA GARANTIR DIREITOS DE SEGUNDA GERAÇÃO. ENTRETANTO, O EXCESSO DE DEMANDAS LEVOU AO ESGOTAMENTO DA CAPACIDADE ESTATAL DE INVESTIR NO SETOR PÚBLICO, O QUE ACARRETOU O ENDIVIDAMENTO E, CONSEQUENTEMENTE, A CRISE DO ESTADO DO BEM-ESTAR SOCIAL.</p>
<b>ESTADO NEOLIBERAL</b>	<p>BUSCA REESTABELECE O ESTADO MÍNIMO. O ESTADO BUSCA ASSEGURAR OS DIREITOS SOCIAIS MEDIANTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR PARTICULARES, ATRAVÉS DE DELEGAÇÕES ESTATAIS E PRIVATIZAÇÕES E O ESTADO FUNCIONA COMO AGENTE NORMATIVO E REGULADOR.</p>



# #DicasTJ-DFT

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



TJDFT  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DO TERRITÓRI

## GRUPOS E TRABALHO EM EQUIPE

### GRUPOS X EQUIPES

<b>GRUPOS</b>	<b>EQUIPES</b>
<b>SINERGIA NEGATIVA OU NEUTRA</b>	<b>SINERGIA POSITIVA</b>
<b>COMPARTILHAMENTO DE INFORMAÇÕES</b>	<b>COORDENAÇÃO DE ESFORÇOS</b>
<b>OBJETIVOS INDIVIDUAIS</b>	<b>OBJETIVOS COMUNS</b>
<b>ESFORÇO INDIVIDUAL</b>	<b>ESFORÇO COLETIVO</b>
<b>RESPONSABILIDADE INDIVIDUAL</b>	<b>DISTRIBUIÇÃO DA RESPONSABILIDADE</b>
<b>ÚNICA LIDERANÇA</b>	<b>LIDERANÇA COMPARTILHADA</b>
<b>LÍDER PRESSIONA E MANIPULA OS MEMBROS</b>	<b>LIDERANÇA DIALOGA E NEGOCIA</b>
<b>HIERARQUIA ENTRE MEMBROS</b>	<b>SEM HIERARQUIA ENTRE MEMBROS</b>
<b>SEGUE O PROPÓSITO DA ORGANIZAÇÃO</b>	<b>TEM UM PROPÓSITO ESPECÍFICO</b>
<b>COMPORTAMENTOS INDIVIDUALISTAS</b>	<b>INTERDEPENDÊNCIA, COMPORTAMENTO INTEGRATIVO, ATUAÇÃO EM CONJUNTO</b>
<b>INFORMALIDADE</b>	<b>FOCO NA TAREFA, COESÃO</b>
<b>MEDIÇÃO DO DESEMPENHO DE FORMA INDIRETA</b>	<b>MEDIÇÃO DO DESEMPENHO DE FORMA DIRETA</b>
<b>SOMA DE RESULTADOS INDIVIDUAIS</b>	<b>MULTIPLICAÇÃO DOS RESULTADOS INDIVIDUAIS</b>
<b>HABILIDADE DOS MEMBROS É VARIADA</b>	<b>HABILIDADE DOS MEMBROS É COMPLEMENTAR</b>